

Bancos decidem nova rodada

WILLSON PEREIRA

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que, dependendo do Brasil, o retorno à mesa das negociações com os banqueiros estrangeiros só deverá ocorrer no segundo semestre do próximo ano, quando então serão discutidas as formas de financiamento e rolagem da dívida externa para 1985. "Mas isso vai depender deles" — acrescentou, referindo-se aos bancos credores, que vêm sofrendo pressões nos Estados Unidos para baixar as taxas cobradas dos grandes devedores do Terceiro Mundo.

Com relação ao financiamento da dívida externa de 83 e 84, Galvêas mostrou-se pessimista com a possibilidade de assinatura dos contratos no próximo dia 29, em Nova Iorque, embora "o governo ainda continue trabalhando para que isto aconteça, fazendo um esforço máximo para que se completem os entendimentos entre os bancos credores". O total já assegurado pelo Comitê de Assessoramento continua em torno de US\$ 6,27 bilhões, mas é preciso chegar aos US\$ 6,5 bilhões solicitados para que sejam assinados os contratos.

TUDO NORMAL

O ministro da Fazenda negou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) concederá um **waiver** (perdão) ao Brasil nas próximas horas porque não foi possível fechar este ano o programa de financiamento externo ao País, no total pretendido originalmente. A informação, divulgada pelo jornal **Gazeta Mercantil**, dava conta de que o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, encaminharia uma correspondência aos bancos que participam do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, comunicando a concessão formal da dispensa para o cumprimento de um dos principais itens do acordo entre aquele organismo, o Governo brasileiro e os bancos internacionais.

"Isso não tem nenhum sentido" — garantiu Galvêas, explicando

que nunca ouviu falar sobre a hipótese deste **waiver** por parte do Fundo Monetário. Negou também que exista qualquer tipo de problema com relação à participação da Inglaterra no pacote de US\$ 2,5 bilhões sob a forma de garantia de créditos comerciais ao Brasil. "Os ingleses nos enviaram uma carta muito positiva, dizendo que eles mantinham as linhas de crédito — e é só isso que nós estamos querendo" — afirmou o ministro, após ter almoçado com o embaixador da Grã-Bretanha, George Harding.

O embaixador saiu do Ministério dizendo que as linhas seriam mantidas, dependendo de entendimentos que ainda estão em curso. Mas o ministro Galvêas acha que já está assegurada a participação não só da Inglaterra, como dos demais países. "No caso dos Estados Unidos, para manter a linha de crédito comercial do Eximbank era preciso uma autorização do Congresso, que já houve, e, como nos demais países não há esta exigência, tudo que queremos deles é que mantenham as garantias já existentes para os financiamentos a importações brasileiras" — informou. O pacote de US\$ 2,5 bilhões terá a participação dos EUA (US\$ 1,5 bilhão) e dos governos do Canadá, Japão, Inglaterra e demais países da Europa Ocidental.

De acordo com o ministro da Fazenda, está se fazendo muita confusão em torno da participação da Inglaterra neste pacote, mas na realidade "está tudo bem". Explicou que normalmente os países industrializados suspendem estas garantias de crédito comercial a um País que recorra à renegociação de seu débito junto ao Clube de Paris — daí o pedido brasileiro para que as linhas fossem mantidas, apesar da renegociação com o Clube. A questão em torno da participação da Inglaterra originou-se quando saiu a notícia de que a primeira-ministra Margaret Thatcher teria condicionado a garantia de crédito à autorização brasileira para pouso normal de aeronaves inglesas na rota para as ilhas Falklands/Malvinas.